

***Pareceres sobre o ordenamento militar (Giribizi d'ordinanza),
de Maquiavel: apresentação, tradução e notas***
Versão bilíngue

Luís Falcão

Universidade Federal Fluminense

Resumo

O texto trata de temas militares ainda em desenvolvimento no pensamento de Nicolau Maquiavel. Os *Giribizi d'ordinanza*, escritos no ano de 1515, são um excelente exemplo do estilo e da temática de transição entre os primeiros escritos políticos e os textos do período *pos res perditas*, entre os quais se incluem *O Príncipe*, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *A arte da guerra*. No texto se observa a necessidade de unir a participação cívica com as obrigações militares para a ordenação de um exército para Florença.

Palavras-chave

Maquiavel, militarismo, civismo

Luís Falcão é formado em Ciências Sociais pela UFF (2008), em Economia pela UERJ (2009), mestre (2010) e doutor (2015) em Ciência Política pelo IESP, com período sanduíche na Università degli Studi di Milano (2013/2014). Atualmente é professor adjunto de Ciência Política da UFF. Desenvolve pesquisas na área de Teoria Política Moderna com ênfase em Republicanismo, Maquiavelismo e Jusnaturalismo. É autor de *Maquiavel, Montesquieu e Madison: uma tradição republicana em duas perspectivas* (Rio de Janeiro: Azougue, 2013).

***Judgments on military planning (Giribizi d'ordinanza), by Machiavelli:*
presentation, translation and notes
Bilingual version**

Luís Falcão

Universidade Federal Fluminense

Abstract

The text deals with military subjects still in development in the thought of Niccolò Machiavelli. *Giribizi d'ordinanza*, written in 1515, are an excellent example of style and transition theme between the earliest political writings and the texts of the *pos res peditas* period, including *The Prince*, *Discourses on the First Decade of Titus Livy* and *The Art of War*. The text notes the need to unite civic participation with military obligations, for the ordination of an army for Florence.

Keywords

Machiavelli, militarism, civility

Luís Falcão has a degree in Social Sciences from UFF (2008), in Economics from UERJ (2009), and a Master's degree (2010) and Doctor's degree (2015) in Political Science from IESP, with a sandwich period at Università degli Studi di Milano (2013/2014). He is currently Associate Professor of Political Science at UFF. He develops research in the area of Modern Political Theory with emphasis on Republicanism, Machiavellianism and Jusnaturalism. He is author of *Machiavelli, Montesquieu and Madison: a republican tradition in two perspectives* (Rio de Janeiro: Azougue, 2013).

Apresentação

Devem os príncipes de hoje e as repúblicas modernas aos quais acerca da defesa e da ofensa faltam soldados próprios envergonharem-se de si mesmos.

Maquiavel, *Discorsi*, I, 21

O conjunto de escritos de Nicolau Maquiavel conhecidos por *pos res perditas*, subtítulo datado de 1512, e atribuído erroneamente a ele em *La cagione dell'Ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogni fare*¹, que, na verdade, se trata de um texto autoral de 1506, tem sido matéria de crescente interesse entre os especialistas (cf. Guidi, 2009, p. 172 n. 26; Ridolfi, 2003, p. 378 n. 1; Sasso, 1993 vol. I, p. 200 n. 16). Não obstante o inicial equívoco da datação, a tradição editorial de suas obras manteve a referência ao período (1512 em diante) como *pos res perditas*². Esse conjunto assume a expressão máxima de uma transição entre sua fase como secretário da segunda chancelaria da república de Florença (1498-1512) e a derrocada do regime, com o retorno da família Médici ao poder e a respectiva prisão, tortura e exílio de Maquiavel.

Até aquele momento, o então secretário redigia seus textos políticos principalmente para o Conselho dos Dez, órgão da república florentina responsável pelas relações com outros Estados e pela arregimentação militar da cidade, ou para Piero Soderini, gonfaloneiro vitalício da república desde 1502. Neles, observam-se diversas máximas futuramente elaboradas em *O Príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (Discorsi)*. Essas *legazioni* eram fundamentalmente textos de análise e informações a respeito do andamento de seu ofício como chanceler nas diversas missões pela França, Alemanha e muitas cidades italianas. Além disso, conhecidos como primeiros escritos políticos, Maquiavel redigia pequenos textos

¹ Todas as citações de Maquiavel são retiradas da publicação das *Opere* editada por Corrado Vivanti (1999). A fim de marcar a exatidão dos textos referidos, citaremos o título após o modo convencional, respectivamente. Reduzimos apenas ao estritamente necessário as citações de referências secundárias.

² É frequente entre as principais publicações de Maquiavel, com particular ênfase para as edições de suas obras completas, distinguir os primeiros escritos políticos, datados até a queda da república florentina em 1512, e os textos *pos res perditas*, posteriores. As publicações de parte desses escritos em português, porém, unem escritos de antes e de depois de 1512. Alguns desses textos foram traduzidos por Lívio Xavier na seleção de escritos políticos de Maquiavel publicada na coleção Os Pensadores (*Maquiavel*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 115-220). Enquanto realizávamos a tradução dos *Giribizi d'ordinanza*, descobrimos a existência de uma edição recente vertida para o português por Renato Ambrosio dos primeiros escritos políticos de Maquiavel, publicada pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, na qual contém uma tradução pura dos *Giribizi d'ordinanza* (cf. Maquiavel, Nicolau. *Maquiavel: política e gestão florentina*. São Paulo: Editora FGV, 2010).

de maior fôlego teórico, dos quais muitos temas seriam aprofundados nas suas principais obras.

No período *pos res perditas*, apesar de não serem identificadas por esse título, encontram-se suas grandes obras: *O Príncipe* e os *Discorsi* lhe tomaram alguns anos. Apesar das divergências entre os biógrafos sobre a precisão das datas, é possível que foram escritas entre 1513 e 1517 (cf. Ridolfi, 2003, p. 182-183). Outros textos de maior fôlego intelectual, embora não contendo a profundidade teórica do ponto de vista político, foram escritos em outro período: *A arte da guerra*, único dentre eles publicado em vida, em 1521, e *Histórias florentinas*, dedicadas ao papa Clemente VII, Giulio de Médici, em 1525. Apesar da coincidência da época, entre *O Príncipe*, os *Discorsi* e os textos *pos res perditas* propriamente ditos, a diferença de estilo, tamanho e alcance conceitual desses dois conjuntos salta aos olhos. Por um lado, *O Príncipe* e os *Discorsi* abordam temas consagrados do pensamento ocidental, com temáticas sofisticadas que põem em xeque o modo até então existente de se pensar a política. Os escritos *pos res perditas*, por outro, abrangem o período de 1515, com o texto aqui apresentado, a 1522, com dois pequenos textos sobre possíveis reformas constitucionais de Florença. Salvo o *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices*³, obra de 1520, que claramente dialoga, de um ponto de vista institucional e teórico, com seus textos mais robustos, os demais apontam reflexões que se tornariam importantes no pensamento maquiaveliano em *O Príncipe*, nos *Discorsi*, em *A arte da guerra* e nas *Histórias florentinas*, mas são incapazes de apresentar uma unidade teórica e raramente traçam paralelos uns com os outros. No geral, aos temas de conjuntura são imiscuídos aspectos mais sofisticados, embora permaneçam laterais e, particularmente com os *Giribizi d'ordinanza*, os temas unem facetas do secretário da república com a do escritor político exilado de sua cidade.

...

Em 1506, Maquiavel assume a responsabilidade como secretário da república de Florença de organizar o primeiro exército próprio da cidade, pois, no ano anterior, havia a república fracassado na retomada do controle da cidade de Pisa, importante ponto de escoamento das mercadorias florentinas pelo mediterrâneo. A empreitada se deu por meios privados, à custa de recursos públicos, através de tropas mercenárias. Na época, os Estados ainda não tinham exércitos profissionais no formato atual, isso ocorreria apenas na Europa de

³ Há uma tradução, com introdução e notas, desse texto realizada por Gabriel Pancera (cf. Adverse, Helton (org.). *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 45-99)

fins do século seguinte. As ofensivas e defensivas eram feitas, via de regra, por cidadãos comuns armados, ao menos em parte e principalmente nas repúblicas, pelos seus governos ou estes contratavam forças mercenárias das mais diversas nacionalidades (Mallet, 1990, p. 175). A determinação de seus superiores para organizar um exército próprio gerou desconfiança entre os aristocratas da cidade de que Piero Soderini desejava edificar uma milícia sob seu comando e, assim, tornar-se tirano (Sasso, 1993 vol. I, p. 195). Derivou-se daí um enorme debate em torno da querela que duraria o ano inteiro.

Maquiavel está entre aqueles que mais ojerizam as tropas mercenárias, por diversos motivos. Exércitos pagos para guerrear, argumenta o secretário, não são confiáveis, uma vez que lutam por dinheiro e não por uma causa, qualquer que seja (Machiavelli, 1999, vol. I p. 135, vol. I p. 386, vol. I p. 498, vol. I p. 541, vol. II, p. 359, *Il Principe*, VII, *Discorsi*, II, 20, *Discorsi*, III, 32, *Dell'arte della guerra*, I, *Istorie fiorentine*, I, 39). Mostram-se, assim, displicentes em suas atividades, evasivos em suas ações, ávidos por recompensas e, desse modo, defendem quem lhes pagar mais (cf. Machiavelli, *Il Principe*, XII). A traição, portanto, é uma questão de tempo, quando não arrasada a tropa antes. São inúteis as tropas mercenárias, repete ele inúmeras vezes, quando não, em um cenário pior, tornam-se elas mesmas as inimigas de quem as contratou (cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 382, *Discorsi*, II, 20).

Já nesse ano, Maquiavel redige uma carta a Giovan Battista Soderini, sobrinho do então gonfaloneiro de Florença, onde compara o desarme popular realizado por Lorenzo de Médici em Florença com a posição contrária de Giovanni Bentivogli em Milão (cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 176, *Il Principe*, XX). Os *Giribizi al Soderini*⁴, como ficou conhecido o texto, agrupam aspectos abstratos da fortuna e da capacidade humana de domá-la, aproximando-os dos temas militares (cf. Dotti, 1979, p. 50). No mesmo ano, na já citada *La cagione dell'ordinanza*, parte para a defesa mais explícita das armas próprias, ordenadas via “deliberação pública” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 26, *La cagione dell'ordinanza*), com o alistamento de um grande contingente de homens. Acrescenta ainda a necessidade de ordenar a distribuição militar da cidade por partes, começando pelas regiões mais distantes, onde é mais fácil, priorizando a infantaria bem disciplinada e preterindo a cavalaria (cf. Sasso, 1993 vol. I, p. 203). Desse modo, argumenta o então secretário, seriam evitadas as facções militares e todas as unidades de comando prestariam obediência somente ao governo central da cidade. Apenas assim seria Florença governada por si mesma (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 27, vol.

⁴ Há uma tradução, com apresentação e notas, desse texto para o português realizada por Patrícia Aranovich (cf. Maquiavel, N. Ghirribizi ao Soderini. *Cardenos Espinosanos*. N. 32. Jan-Jun, 2015. p. 267-278).

I p. 294-297, vol. II p. 309, *La cagione dell'ordinanza*, *Discorsi*, I, 47, *Istorie fiorentine*, Proemio).

Em fins de 1506, o Conselho Maior de Florença aprova uma lei que determina a organização do exército e, na ocasião, Maquiavel se posiciona. O *Provisione della ordinanza*, texto que deu base à lei (Guidi, 2009, p. 233), é o que guarda maiores semelhanças, inclusive nos detalhes da organização militar, com os *Giribizi dell'ordinanza*. Começa por reiterar a necessidade de unir boas armas às boas leis e censura o emprego de tropas externas e mercenárias (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 31, *Provisione della ordinanza*; cf. Gaille-Nikodimov, 2008, p. 91-101).

Apesar desses textos guardarem proximidades latentes com os *Giribizi d'ordinanza*, outros elementos lhes foram acrescentados, marcando assim a nova fase de sua reflexão. Um exemplo disso é a preferência por começar a ordenação dos soldados pelo centro da cidade, mais parecido com o modelo romano. Outra diferença interessante é que a oposição aristocrática a Soderini e, em alguns casos, até mesmo próxima dos Médici, durante 1506, não teria mais motivos para temer que o poder caísse em suas mãos ou mesmo em mãos populares. O controle político da cidade estava centralizado, faltava-lhe um exército. Ainda assim, as ideias de Maquiavel sofrem dura resistência para serem implementadas.

...

É a partir das experiências, em parte fracassadas, que Maquiavel se vê compelido a escrever sobre os modos de se ordenar um exército público para sua cidade. Esse conjunto de textos que daí surgiu é tema de bastante discussão entre os especialistas, desde as respectivas datações, com especulações filológicas e historiográficas, até possíveis unidades entre dois ou mais textos que teriam se separado em edições publicadas postumamente, mas guardam, certamente, muita semelhança com os *Giribizi d'ordinanza*. Um ponto que lhe causou preocupação nos anos sob o principado foi o de não se reproduzir os erros cometidos quando a ordenação esteve sob seu comando. Particularmente, ocorria com frequência que parte significativa dos soldados desertavam, levando-o a repensar o modo de integrá-los ainda mais no corpo político-militar da cidade (cf. Tommasini, 1883 vol. I, p. 354). É preciso ter claro, assim, que da empreitada original levada a cabo por Soderini não se desfez o vigor maquiaveliano após a queda da república.

Maquiavel volta ao tema, provavelmente no começo do ano de 1515, mas certamente não antes dos últimos meses de 1514. Nessa época, oscilava ele entre a esperança de retomar suas atividades públicas em sua cidade ou na corte do Vaticano, chefiada por Giovanni de

Médici, o papa Leão X, e o receio de nunca mais ser lembrado. Reiterava com seu antigo amigo de chancelaria e então embaixador florentino em Roma, Francesco Vettori, a possibilidade de um emprego público e pedia-lhe intercessão junto às cidades dominadas pelos Médici. Vettori, evasivo em suas respostas e comedido quanto à possibilidade de sucesso da possível empreitada, não lhe recusava apoio, tampouco lhe insuflava os ânimos (cf. Machiavelli, 1999 vol. III, p. 235-348).

Na verdade, foi Paolo Vettori, irmão de Francesco, quem de fato conseguiu recolocar o ex-secretário de volta à cena política. Sabia ele que os Médici intendiam reconstruir a milícia florentina (cf. Gaille-Nikodimov, 2008, p. 133), desmontada desde setembro de 1512, quando a família reconquistara o domínio das principais instituições da cidade (Albertini, 1995, p. 22). No mesmo ano, ainda nos meses de transição do regime, ele escreve uma carta ao então cardeal Giovanni de Médici a fim de alertá-lo sobre a disposição que tinham os republicanos aliados de Soderini em manter a forma republicana de governo. Os *Ricordi di Paolo Vettori al cardinale de' Medici sopra le cose di Firenze* traçam as linhas centrais dos recursos financeiros para a “ordenação das infantarias”, no condado e no distrito, para “ordenar homens a pé e a cavalo” (Vettori, 1995, p. 357), temas tratados por Maquiavel nos *Giribizi dell'ordinanza*. Aliás, o próprio Maquiavel, naquela altura licenciado do cargo por determinação dos Médici, é citado no documento como um dos expoentes servidores do Conselho dos Dez e antigo responsável pela ordenação militar (Vettori, 1995, p. 359).

Em paralelo, crescia em Florença um sentimento favorável a uma nova invasão da França, que se mostrava desejosa de reconquistar domínios itálicos, desde a ascensão de Francisco I após a morte de Luís XII em janeiro 1515, juntamente com a comemoração pública das qualidades do governo de Savonarola (Namejy, 2006, p. 431). Esse contexto levou os Médici a encararem a necessidade de formar um exército. Chegou a Maquiavel um pedido formal de um parecer sobre a melhor forma de recompor as armas de sua cidade e talvez tenha sido o próprio Paolo Vettori o autor da demanda. Paolo Vettori era comandante militar de navios papais que, na época, estavam sob comando da mesma casa florentina dos Médici. Desejando, então, especula Ridolfi (2003, p. 185), acumular poder e prestígio com seus senhores, decide apresentar-lhes um plano de ordenação militar para Florença, mas não sem antes consultar o amigo de seu irmão.

Em uma carta da época, Maquiavel (1999 vol. III, p. 348-351, carta de 31/01/1515), mais uma vez se queixando de sua condição e de seu esquecimento, relata a Francesco que seu irmão havia estado em Florença com Giuliano de Médici e que, por ele, havia sabido que

os Médici haviam prometido a ele, Francesco, um cargo de governador de uma das cidades por eles dominadas, particularmente, pelas forças papais (Namejy, 2006, p. 430). A carta corrobora com a hipótese de que Paolo Vettori estava em contato com Maquiavel no período e, ainda mais, sugere que, caso Francesco fosse nomeado, poderia indicá-lo para algum cargo. Para isso, Maquiavel relata, com aparente despreensão, o modo de melhor governar Parma, Piacenza, Modana e Reggio, cidades para as quais seria seu amigo indicado, e diz-lhe da necessidade da criação de um posto de comando militar a fim de unir as diferentes regiões. “O duque Valentino, cujas obras eu imitaria sempre se eu fosse um novo príncipe, conhecendo essa necessidade, fez *messer* Ramirro presidente da Romanha, tal deliberação fez aquele povo unido, temeroso de sua autoridade, aficionado por sua potência, fiéis a ela” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 349, carta de 31/01/1515). Talvez quisesse Maquiavel ser o Ramirro de Francesco Vettori e o caminho se passava pelo irmão: “Falei disso com ele [Paolo Vettori]” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 350, carta de 31/01/1515). A inexatidão dos *Giribizi d’ordinanza* confirma que podem ter sido usados por Paolo Vettori ou pelos próprios Médici, uma vez caídos nas mãos do primeiro, porém é impossível uma afirmativa peremptória. Mas, por outro lado, dificulta o entendimento de quem seja o destinatário final ou mesmo se Maquiavel tinha controle sobre quais olhos realmente os leriam. O fato é que o ex-secretário os utilizou como porta de entrada a um possível retorno triunfal ao serviço público, que não chegou. Francesco Vettori não foi nomeado, isso causaria muito furor com Milão, que já se adiantara na matéria ao fazer chegar aos ouvidos Médici que reagiriam a tal escolha. Além disso, como relata Tommasini (1883 vol. II, p. 1064), documentos internos do governo florentino datados de fevereiro de 1515 vetam textualmente o nome de Nicolau Maquiavel.

As cartas escritas a Francesco Vettori no mesmo período contribuem no entendimento conceitual dos *Giribizi d’ordinanza* (cf. Ridolfi, 2003, p. 183-184). Analisando as disputas que envolviam as maiores potências europeias à época, e a difícil posição da Itália nesses conflitos, Maquiavel insiste na ambivalência das opções do governo de Espanha. Primeiramente, trata-se de um “Estado novo” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 260, carta de 29/04/1513), uma vez que os domínios reuniram-se sob a mesma coroa de Fernando II, o Católico, havia pouco tempo. As circunstâncias de disputas entre a Inglaterra, a França e os Estados pontífices deixavam a Espanha sem a opção da “via di mezo” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 260, carta de 29/04/1513), característica marcante do pensamento maquiaveliano (Machiavelli, *Discorsi*, II, 23, *Discorsi*, III, 2; cf. Dotti, 1979, p. 18-22). O poderio espanhol se dava mais pela “boa fortuna do que pela sabedoria e prudência” (Machiavelli, 1999 vol. III,

p. 256, carta de 29/04/1513; cf. Machiavelli, 1999, p. 148, p. 159, p. 445-450, *Il Principe*, XI, *Il Principe*, XIV, *Discorsi*, III, 7-9; Dotti, 1979, p. 99). De fato, ocorria que o exército espanhol era composto por soldados pouco disciplinados, apesar de Fernando II se recusar a utilizar tropas mercenárias. Relata Maquiavel: “quem está em Espanha [provavelmente se refere a Francesco Guicciardini] escreve que lá não há dinheiro nem ordem para havê-lo, e que seu exército é composto apenas por forçados [não mercenários], que começaram a não obedecer” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 258, carta de 29/04/1513). Dada a máxima de que o dinheiro não é o nervo da guerra, que os soldados são alistados compulsoriamente e que não se empregam tropas mercenárias, seria de supor que a Espanha fosse a mais poderosa das potências, porém, isso não se verifica. A análise mostra que nas regras gerais para as ordens militares (cf. Marchand, 1972, p. 61), como para as políticas, não se pode confiar cegamente.

O paralelo com a situação analisada nos *Giribizi d'ordinanza* parece claro: um principado novo, espanhol e florentino, com dificuldades de organizar uma milícia própria. Mesmo que a Espanha siga as boas ordenações militares, ainda assim, tem muita dificuldade de se defender das demais potências, sendo forçada a optar por acordos de paz acarretando em eventuais perdas territoriais (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 260, carta de 29/04/1513; cf. Machiavelli, 1999, p. 72, *Rapporto di cose della Magna*). O equívoco espanhol não se encontra no trato com o dinheiro, na recusa aos mercenários ou em forçar um contingente de homens a serem soldados, o equívoco espanhol se encontra no fato de não serem os soldados súditos do Estado espanhol. Assim, “poderia a Espanha, talvez além do razoável, se fundar sobre sua gente” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 258, carta de 29/04/1513). O mesmo argumento serve igualmente para as repúblicas, como afirmado em 1506: “sendo [homens] de seu domínio, serão mais obedientes” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 31, *Provisione della ordinanza*). E, na época, “as armas próprias são aquelas que são compostas ou de súditos ou de cidadãos ou de criados seus, todas as outras são mercenárias ou auxiliares” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 156, *Il Principe*, XIII), já que “os melhores exércitos [...] são aqueles das populações armadas” (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 289, carta de 26/08/1513). Por isso, constata “quanta diferença há entre um exército satisfeito e que combate por sua glória de um que é maldisposto e que combate pela ambição de outros” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 289, *Discorsi*, I, 43). Desse modo, a lealdade dos soldados depende, antes de se tratar de república, monarquia ou principado, de que sejam habitantes do território que defendem. O elemento basilar da boa ordenação dos exércitos é o ser humano – “[Alexandre, o grande, os romanos, os suíços, o papa Júlio II] estimam os bons soldados serem o nervo da guerra” (Machiavelli,

1999 vol. I, p. 351, *Discorsi*, II, 10) – e apenas com “sabedoria e prudência” se pode fazê-los bons soldados (cf. Machiavelli, *Discorsi*, III, 13).

...

“Deve, então, um príncipe”, escreve Maquiavel (1999 vol. I, p. 157; *Il Principe*, XIV; cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 541, *Dell’arte della guerra*, I), “não ter outro objetivo nem outro pensamento nem tomar coisa alguma por sua arte além da guerra e ordens e disciplina desta”, porque “é a maior das verdades que se onde há homens não há soldados, ocorre por defeito do príncipe e não por defeito do lugar ou da natureza” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 251, *Discorsi*, I, 21). E como o fundamento dos Estados bem-ordenados devem ser as “boas leis e as boas armas” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 150, *Il Principe*, XII; cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 185, vol. I p. 209, vol. II p. 373, *Il Principe*, XXIV, *Discorsi*, I, 4, *Istorie fiorentine*, II, 10; cf. Pocock, 2003, p. 195), a política e a guerra se mostram invariavelmente unidas e avessas. Nesse sentido, assume a responsabilidade de criticar aqueles que acreditam “que não há coisa alguma que haja menor conveniência com outra, nem que seja tanto diversa quanto a vida civil da militar” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 529, *Dell’arte della guerra*, Proemio; cf. Machiavelli, 1999 vol. II, p. 527, *Istorie fiorentine*, V, 6; Dionisotti, 1980, p. 21). Como duas faces de uma moeda, Maquiavel percebeu que os Estados se enfraquecem quando não se defendem; mesmo quando não conquistam, são conquistados, mas que o ordenamento militar em si mesmo não basta.

Seus escritos militares, com particular ênfase em *A arte da guerra*, embora se observe um esboço no presente texto, insistem em centrar o tema nas batalhas, na disciplina militar e na infantaria (cf. Mansfield, 1998, p. 207). No primeiro caso, tem-se a conceptualização da guerra como uma atividade eminentemente humana, um fenômeno histórico dado incapaz de ser retirado das relações entre os Estados e mesmo internamente aos países (Chabod, 1987, p. 345; Dotti, 1979, p. 72). No segundo, põe-se em evidência a primazia da ordenação e da disciplina sobre a coragem individual, revelando um modo moderno e estatal de se refletir sobre os confrontos bélicos (cf. Guidi, 2009, p. 259-277).

Muito já se comentou sobre a posição de Maquiavel com relação à infantaria e seu respectivo desprezo pela artilharia (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 600, *Dell’arte della guerra*, III; *Discorsi*, II, 17), que estava em ascensão no período, e pela cavalaria (Machiavelli, *Discorsi*, II, 18), tema característico do humanismo cívico. Não se trata apenas de uma análise estratégica com relação à eficácia das armas, trata-se, porém, de uma compreensão inovadora das relações de poder. É verdade que ele repete temas já

desenvolvidos pelo humanismo cívico, como a crítica das tropas mercenárias de Leonardo Bruni e Matteo Palmieri e o serviço militar obrigatório de Francesco Patrizi (cf. Gilbert, 1977, p. 281), mas se nega a tratar da guerra como uma simples técnica (a exemplo do emprego de cavalos e armas de fogo), antes, pensa nela como um todo complexo.

Soma-se a isso o ponto que talvez seja o mais destacado em assuntos militares: “o dinheiro não é o nervo da guerra” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 350, *Discorsi*, II, 10; cf. Machiavelli, *Discorsi*, II, 30) e “o nervo do exército, aquilo que mais se deve estimá-lo, devem ser as infantarias” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 374, *Discorsi*, II, 18). Em parte, a máxima é explicada pelos altíssimos custos de instituir e manter as armas de fogo em quantidades que se justifiquem (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 374, *Discorsi*, I, 18; cf. Gilbert, 1977, p. 259). Todavia, o verdadeiro problema das armas de fogo é sua inutilidade: “se os homens não demonstram particularmente sua virtude, deve-se não à artilharia, mas às más ordens e à fraqueza dos exércitos, que, faltando-lhes virtude no todo, não podem mostrar na parte” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 371, *Discorsi*, II, 17). Ora, despender meios difíceis e caros para chegar a fins inúteis está longe de ser uma opção maquiaveliana. Como foi dito sobre as tropas mercenárias, uma vez dependentes do dinheiro, as cidades tornam-se incapazes de defender-se a si mesmas e, desse modo, ficam presas até mesmo de um “inimigo pouco virtuoso” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 289, *Discorsi*, I, 43; cf. Machiavelli, 1999 vol. III, p. 290, carta de 26/08/1513). Assim como a política, o material essencial da guerra é o ser humano (cf. Sasso, 1993 vol. I, p. 204). Basta ao soldado, como diz nos *Giribizi d'ordinanza*, uma lança.

Há um substrato político por trás dessa posição crítica aos gastos militares com material humano. Para além da inutilidade da artilharia e da cavalaria, argumentos secundários de sua reflexão, é a infantaria a ordenação militar que melhor se adequa ao regime republicano. As ordenações que dependem de recursos não humanos, como as armas de fogo e os cavalos, deixam cada artilheiro e cada cavaleiro à mercê da qualidade de seu respectivo instrumento e caso seja ele próprio o responsável por adquiri-lo, como era comum no período, torna-se ainda mais vulnerável à sua condição privada. Em outros termos, a infantaria é a mais democrática das ordenações militares, por isso, de uma série de elogios que Maquiavel tece ao exército suíço, um se destaca: os suíços “não se armam, ou se armam pouco, com outra coisa que não a lança e a adaga” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 83-84, *Ritratto delle cose della Magna*). Além do mais, o combate corpo a corpo disciplina o soldado e este, bem treinado, não depende do bom funcionamento da pólvora ou do ânimo do

animal (Machiavelli, *Discorsi*, II, 18). Não há maneira mais eficaz de fazer um soldado virtuoso e desejoso de glória que não no treino e na ação com armas brancas. Desse modo, a infantaria permite que o soldado progressivamente se aproxime do cidadão de tal maneira que um se funde com o outro. Entende-se daí a importância concedida à questão de quem deve ser o fiador das armas nos *Giribizi d'ordinanza*. Tratando-se de lanças e adagas, pouco importa, tratando-se de mosquetões e cavalos, porém, é perigoso para o príncipe mantê-los nas mãos do povo e ao retirá-los, aprofunda-se a desigualdade (cf. Machiavelli, *Discorsi*, I, 55).

Esses aspectos gerais do pensamento militar maquiaveliano revelam que as relações de força devem ser entendidas como um sistema à parte dentro do emaranhado que compõe o conjunto das relações humanas (cf. Dotti, 1979, p. 38). Como a política, o militarismo é um sistema próprio e autônomo, o que lhe permite destrinchar regras gerais, válidas em diferentes tempos e lugares, mas sempre sob o severo questionamento de seu funcionamento *in loco*. Uma evidência importante disso é o recorrente emprego de *virtù* em ambos os sentidos: militar e político (cf. Dotti, 1979, p. 78; Pocock, 2003, p. 201). E nos dois casos, seu algoz, a *fortuna*, ainda que poderosa o suficiente para rebater os desígnios humanos, pode ser contrariada e abatida (Machiavelli, 1999, vol. I p. 186-189, vol. I p. 406, vol. I p. 544, *Il Principe*, XXV, *Discorsi*, II, 29, *Dell'arte della guerra*, I).

Os *Giribizi d'ordinanza* estão, ainda, a meio caminho dessas conclusões, não obstante esses temas revelados em *O Príncipe* e nos *Discorsi* já estarem prontos ou em franco andamento. Observa-se também uma reticência com relação ao papel do dinheiro e dos soldos, objeto que ocupa parte significativa do texto aqui apresentado, mas nele já está clara que a disposição geográfica das unidades militares, tal qual ensina o modelo da antiga república romana, garante o sucesso da defesa da cidade (cf. Machiavelli, *Il Principe*, XIV, *Discorsi*, III, 39).

A fim de blindar os malefícios da dependência do dinheiro, Maquiavel elabora um sofisticado sistema de alistamento militar compulsório, embora o profissionalismo não seja aqui, como o faz em outras obras, descartado por completo. A centralidade dessa tensão entre dinheiro e eficácia militar, na verdade, é oriunda de uma concepção mais ampla que relaciona a defesa da cidade com a participação cívica (cf. Gaille-Nikodimov, 2008, p. 109-111). O ideal maquiaveliano de cidadania se passa, por um lado, pela capacidade dos recursos públicos sustentarem as necessidades dos cidadãos, por outro, na defesa por estes do próprio Estado, de tal modo que, em claras notas oriundas de Salústio (*Catil.* 52), “as repúblicas bem-ordenadas devem ter rico o público e seus cidadãos pobres” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 277,

Discorsi, I, 37; cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 74, vol. I p. 78, vol. I p. 466, vol. I p. 483-484, vol. II, p. 574, *Rapporto di cose della Magna, Ritracto dele cose della Magna, Discorsi*, III, 16, *Discorsi*, III, 25, *Istorie fiorentine*, VI, 1; cf. Pocock, 2003, p. 176-177). Nesse sentido, a cidadania, embora seja qualitativamente distinta, é correlata à participação militar. Portanto, uma vez universalizado o alistamento, atinge-se e distribui-se a cidadania para todos os habitantes (cf. Machiavelli, *Istorie fiorentine*, II, 5). Além da defesa militar da cidade, o alistamento compulsório é um elemento político de participação nos negócios públicos, um modo de oferecer acesso e compartilhar as responsabilidades da cidade com todos e se torna, dessa maneira, um meio pedagógico de fazer todos entenderem a importância da participação. O desprezo pela artilharia e pelo dinheiro em razão de defender a infantaria e a participação forma dois binômios correlatos que se expressam melhor na ideia de cidadão-soldado, as duas faces dos “novos modos e ordenações” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 197, *Discorsi*, I, proêmio), da política e da guerra.

Os *Giribizi d'ordinanza* são uma reflexão em construção desse ideal, o que é particularmente interessante porquanto se saiba que o texto foi composto em paralelo com *O Príncipe* e os *Discorsi*. Entretanto, mais do que um interesse, digamos, *histórico* do desenvolvimento do pensamento de Maquiavel, o que em si já justificaria muito, eles permitem ao leitor acessar uma reflexão quando ainda em construção, na qual se ponderam os prós e os contras dos recursos militares disponíveis à época.

...

O texto aqui traduzido, *Giribizi d'ordinanza*, foi originalmente publicado em Machiavelli, Niccolò. *Le Opere*. A cura di P. Fanfani, L. Passerini e G. Milanese. Firenze: Tipografia Cenniniana, 1873-1877. (6 vol.). Os *Giribizi d'ordinanza* estão no volume 6 sob o título de *Discorso sopra l'Ordinanza e Milizia fiorentina*. Em seguida, em Machiavelli, Niccolò. *Opere*. A cura di S. Bertelli e F. Gaeta. Milano: Feltrinelli, 1960-1965, sob o título de *Scritto sul modo di ricostituire l'Ordinanza*. Depois, em Machiavelli, Niccolò. *Tutte le Opere*. A cura di M. Martelli. Firenze: Sansoni, 1971, sob o título de *Sul modo di ricostituire l'ordinanza*. No mesmo ano, foi publicado também na revista “La Bibliofilia”, editado por Jean-Jacques Marchand. Em seguida, em Machiavelli, Niccolò. *Tutte le Opere Storiche, Politiche e Letterarie*. A cura di A. Capata. Roma: Newton Compton Editori, 1998, também sob o mesmo título que Martelli lhe atribuiu, uma vez que Capata apenas o segue na edição deste texto.

Salvo a publicação de Jean-Jacques Marchand, até a edição Machiavelli, Niccolò. *Opere*. A cura di C. Vivanti. Torino: Einaudi, 1999 (3 vol.) – os *Girizibi d'ordinanza* se encontram no volume I, páginas 709-7013 –, o texto não continha os dois últimos parágrafos, que eram considerados como um escrito à parte, comumente chamado de *Giribizi d'ordinanza*, publicado, inclusive, por Oreste Tommasini (1883 vol. I, p. 682). Os outros parágrafos eram considerados escritos de 1506. Com o auxílio do trabalho monumental de Marchand (1975 e da edição publicada pela revista “La Bibliofilia”), Vivanti estabeleceu a unidade do texto, atribuindo-lhe a data de não mais que a metade de 1515, confirmada por Ridolfi (2003, p. 394 n. 26bis).

Cotejamos o texto quando necessário entre as edições, mas, salvo o explicado acima, as variações são mínimas, quase sempre gráficas, de pontuação ou de acentuação. Seguimos, via de regra, o texto estabelecido por Corrado Vivanti.

Tradução

Pareceres⁵ sobre o ordenamento militar

1 Desejando Vossa Senhoria compreender todos os interesses e ordens do ordenamento militar, não me preocuparia por ser um pouco difuso por satisfazê-lo melhor e repetir aquilo, ou totalmente ou em sua maior parte, que lhe disse pessoalmente⁶. Eu deixaria de lado o debate se esta ordem é útil ou não, e se assim faz por vosso Estado como por outro, pois desejo deixar essa parte para outros⁷. Direi apenas quando e se há desejo de ordenar aquilo

⁵ Há uma dificuldade na tradução de *Giribizi* (também grafado como *Ghiribizi*, *Ghiribizzi* e *Giribizzi*, seguimos a edição de Corrado Vivanti), sua origem remonta ao século XV. O uso maquiaveliano do termo possui um sentido de estilo de escrita, um determinado tipo, gênero de texto, como ele também o faz para *Discorso(i)* e *Dialogo*. Nesse caso, *Giribizo* (singular) ou *Giribizi* (plural) são empregados por Maquiavel como um texto objetivo, direto, endereçado a uma pessoa, um grupo ou uma instituição a fim de debater uma questão militar específica. O espectro de traduções plausíveis é grande e podem ser destacados, no sentido de estilo, “parecer”, “avaliação”, “epístola”, “ideia”, “esboço”, “conjectura” e na semântica, “capricho”, “fantasia”, “extravagância”, “alucinação”, “devaneio”, “birutice”, “improvisado”, “humor”, “sandice”. A fim de marcar a posição de Maquiavel no debate sobre o tema, escolhemos “parecer”. Cf. Machiavelli (1999 vol. III, p. 296, carta de 10/12/1513).

⁶ Não há certeza para quem o texto é endereçado, mas pelo seu conteúdo, é provável, como ocorreu com *O Príncipe*, que seja destinado ao governo florentino dos Médici, quiçá, ao próprio Lorenzo de Médici com a intermediação de Paolo Vettori ou este era ele próprio o receptor final. O fato de ele ter falado pessoalmente com o destinatário não impede que seja alguém do governo, mesmo que o suposto encontro tenha se dado em Florença, porque desde 1514 Maquiavel estava autorizado a entrar novamente na cidade.

⁷ A abdicação de tratar da utilidade do tema é particularmente interessante, uma vez que se sabe que Maquiavel geralmente assume uma posição contrária a esta. Por exemplo, no capítulo XV de *O Príncipe*, escreve que “sendo minha intenção escrever coisa que seja útil a quem a entenda” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 159, *Il Principe*, XV). Com relação aos temas militares, que se aproximam dos *Giribizi d'ordinanza*, Maquiavel defende a reprodução do diálogo de Fabrizio Colonna porque nele se aprendem “muitas coisas úteis à vida não apenas militar, mas também civil” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 533, *Dell'arte della guerra*, I). De fato, uma marca preponderante de seu realismo político vincula a “verdade efetiva da coisa” com a utilidade da compreensão das relações de poder. Uma hipótese plausível, que aqui apenas apresentamos como sugestão de reflexão, é que a consolidação do regime Médici dependia do reordenamento militar e que este tema estava sendo debatido pelos florentinos, particularmente quando Lorenzo de Médici foi nomeado, em 23 de maio de 1515, capitão de Florença (cf. Albertini, 1995, p. 31) e, com isso, garantiu a si mesmo e para seus militares imunidade legal a um custo de 35 mil florins (Najemy, 2006, p. 430). Em texto que remete às memórias, *Sommario della Istoria d'Italia (1511-1527)*, Francesco Vettori (1972, p. 94-95), ao avaliar esses acontecimentos, reconhece que a nomeação de Lorenzo como capitão estava diretamente relacionada com os conflitos do papa com o rei de França. Temia Clemente VII que uma investida contra Florença pudesse, além de afetar o controle sobre a cidade, ameaçar seu poder em Roma. Prometeram assim que o novo posto de capitão e a seguinte profissionalização de parte dos habitantes não iriam onerar a cidade. Pessoalmente, relata Vettori, Lorenzo de Médici se articula com lideranças do Conselho dos Setenta, que aprovou a criação do cargo por unanimidade. Depois disso, ficou claro que a promessa de não aumentar os gastos não se realizaria. Contribuiu também nesse sentido a nomeação de Filippo Strozzi, antigo aliado da família Médici, como Depositário da Senhoria, cargo que controlava as finanças públicas (Najemy, 2006, p. 428). O ambiente político estava propício à preocupação com gastos militares, o que justifica o constante posicionamento de Maquiavel nos *Giribizi*

que se julgou necessário fazer e aquilo que eu julgo necessário fazer agora, desejando reassumi-lo.

2 Quando se pretendeu ordenar este Estado às armas⁸ e instituir homens por militares a pé⁹, se julgou que fosse por bem distingui-los com as bandeiras¹⁰ e determinar as bandeiras de acordo com cada território e não com o número de homens. E, por isso, ordenou-se colocar em cada comando uma bandeira e sob ela escrever se [havia] poucos ou muitos, de acordo com o número de homens que se encontrava em tal comando. Ordenou-se que a bandeira deveria ser dada a alguém que morava no castelo onde residia o comandante, o que assim se fez, porque a bandeira ia junto de um cidadão com o símbolo público, o que se fazia para evitar as rivalidades que surgissem entre castelos, toda vez em que um comando fosse mais que um castelo¹¹. Ordenaram-se chefes militares que se mantivessem em seus lugares, que comandassem os referidos homens sob as ditas bandeiras, dando a cada um no governo mais ou menos bandeiras, segundo a conveniência do território¹². E deveria o Estado uni-los sob as bandeiras e tê-los nas ordens uma vez por mês e no inverno a cada dois meses¹³. Tinham de despesa os chefes militares 9 ducados de ouro para pagar em 10 vezes ao ano, e tinham dois ducados ao mês de todo aquele batalhão que governavam, que cada uma [bandeira] competia pelos ditos dois ducados por prestação. E tinha cada chefe militar um chanceler morando no

d'ordinanza e a existência de um debate público sobre o assunto. Marcaremos à frente algumas outras evidências disso.

⁸ É provável que a referência à pretensa ordenação seja a sua própria empreitada em 1506 de organizar o exército florentino, corroborada pelo Conselho Maior no fim do mesmo ano (cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 34, *Provisione della ordinanza*). Repare-se ainda, se ele realmente estiver se referindo ao período anterior ao governo Médici, que o emprego de “Estado” já põe em evidência um uso moderno. Independentemente do governo, a república ou o principado, o Estado florentino convive com a dificuldade de ordenar exércitos eficazes (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 12, vol. I p. 733, vol. II p. 318, *Parola da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa, Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices, Istorie fiorentine*, I, 5; Mallet, 1990, p. 174). O Estado florentino tem continuidade a despeito da mudança do governo, por mais abrupta que seja a transformação. O mesmo ponto pode ser lido em diversas passagens de *A arte da guerra*.

⁹ Aqui já se percebe a prioridade da infantaria e reforça a hipótese da nota anterior.

¹⁰ As bandeiras eram utilizadas para distinguir as diferentes unidades militares nos diferentes domínios florentinos de acordo com a disposição geográfica de cada uma. Os soldados da infantaria eram distribuídos de acordo com as bandeiras e cada uma possuía um capitão e outros comandantes que lhes obedecia. Duas ou mais bandeiras constituíam um batalhão, este sim comandado por um oficial militar (*conestabile*) e tinha de 450 a 800 homens (Chabod, 1987, p. 211).

¹¹ O mesmo ponto se encontra em *La cagione dell'ordinanza* (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 28; cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 178, *Il Principe*, XX)

¹² Observe que há uma imbricação entre a organização militar defensiva de toda a cidade e a precisão da localização espacial de cada comando, característica de um exército bem-ordenado.

¹³ Maquiavel havia defendido que os exercícios militares deveriam ser feitos, pelo menos, três vezes por ano (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 36, *Provisione della ordinanza*).

lugar onde estava o chefe militar, o qual possuía as listas dos referidos homens e tinha um florim por mês, que lhe era pago a todo batalhão que o chefe militar governava¹⁴.

3 Discute-se se seria melhor terem alistados poucos ou muitos [homens]. Conclui-se que seria melhor alistar muitos, porque os muitos servem à reputação e neles havia o pequeno e bom número, o qual não se podia retirar dos poucos, e a despesa não era a mais que um pouco de armas e alguns chefes militares¹⁵. E sempre se julgou que tê-los alistados fosse bom e não mal, e para fazer-lhes o valor era necessário tê-los todos; e entre outras razões há esta: todos os territórios, ou a maior parte, onde existem os alistados, são territórios distantes. Portanto, os homens alistados tinham ou que defender o território que habitavam ou aquele de outros. No primeiro caso, julgavam-se todos os alistados daquele lugar serem bons e poder-se-iam utilizar, e quanto mais alistados havia, melhor seria¹⁶. Mas, no segundo caso, quando eles tinham de ir defender a casa de outros, então, não levavam todos os alistados, mas escolhiam aqueles que eram mais capazes e aptos, e deixavam o resto em casa, os que serviam em respeito a qualquer necessidade que surgisse. Contudo, ordenou-se que cada chefe militar, de todos os seus alistados, fizesse três escolhas: o primeiro terço dos melhores, outro do segundo melhor e o terceiro do restante¹⁷. E quando tinham que levar os soldados da infantaria, removiam os melhores. E tendo assim um grande número, valiam-se dele quando necessário, facilmente, tantos que até hoje se ordenaram 55 bandeiras e, todavia, pensava-se em aumentar o número de tal maneira que, pela minha experiência, se eu tivesse que apontar os defeitos do ordenamento militar passado, diria apenas esses dois: os alistados foram poucos e não bem

¹⁴ Apesar de não ser exato o destino do dinheiro, é claro que em algum nível a boa ordenação militar depende dele, tema que será retomado em diversas obras, sempre, afirmando que o dinheiro não é o sustentáculo da guerra: “São bens necessários os dinheiros em segundo lugar, mas é uma necessidade que os soldados vençam por si mesmos” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 353, *Discorsi*, II, 10). Na passagem dos *Giribizi d'ordinanza*, apesar de não contradizer sua afirmativa, esse recurso merece destaque pouco comum em sua obra (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 12, vol. I p. 78, *Parole da dirle sopra la provizione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa, Discorso sopra le cose della Magna e sopra l'Imperatore*). É plausível que isso se deva ao fato de que o texto se volta para a ordenação militar de um principado, que, diferentemente das repúblicas, tende a depender mais dos exércitos profissionalizados, embora deva igualmente evitá-los. Durante o governo republicano escreveu: “não devem os ditos Nove oficiais ter salário algum” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 33, *Provisione della ordinanza*), porém, insiste que os comandantes militares devem receber soldo (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 35-36, p. 74, *Provisione della ordinanza, Rapporto di cose della Magna*).

¹⁵ O texto parece sugerir que apenas os chefes militares deveriam receber soldo, reafirmando sua máxima do cidadão-soldado.

¹⁶ Repare-se que a defesa do território no qual se habita é mais eficaz, condizente com a premissa do cidadão-soldado em relação ao autogoverno. E, para cumprir tal objetivo, a universalização do alistamento militar é um requisito. “Não se pode, porém, alistar sob qualquer bandeira senão homens nativos” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 34, *Provisione della ordinanza*).

¹⁷ A divisão do exército em três agrupamentos diferentes era uma característica do ordenamento romano, segundo a interpretação do próprio Maquiavel (1999 vol. I, p. 364, *Discorsi*, II, 16).

armados¹⁸. E quem diz para reduzi-los a um número pequeno, diz querer dar incômodo a si e a outros sem proveito¹⁹.

4 As razões que eles alegam para reduzir em número menor são essas: primeiramente, dizem que alistando menos podem escolher aqueles que vão voluntariamente, atribui-se a eles menor despesa, pode-se satisfazê-los, pode-se escolher os melhores e sobrecarregam menos os territórios não alistando tantos; não acredito que se possa alegar outros motivos além desses. Ao que respondo, primeiramente, quanto a ir voluntariamente: se voz quisésseis escolher quem de todo não pode ou não quer ir isso seria loucura, e assim se vós quisésseis alistar apenas os que desejam ir, vós não reuniríeis sequer 2 mil em todo o vosso território²⁰. Desse modo, é preciso convocar aqueles que desejam outra coisa; além do mais, para fazê-los satisfeitos, não é necessário nem todas as súplicas nem a força, mas autoridade e respeito de que devem desfrutar os príncipes para com seus súditos²¹; do qual surgem aqueles que, perguntados se querem ser soldados, diriam não, sendo requisitados, vão sem recusar; de tal maneira que levando-os para os confrontos, os que são deixados para trás tê-los-ão por maus²². Disso, eu concluo haver tanta vontade por vós encontrada em trinta mil do que em seis mil. Mas quanto à despesa e a poder melhor vos satisfazer, não há outra despesa a mais do que qualquer chefe militar e de quaisquer armas: tal despesa é muito pequena, porque um chefe militar custa tanto quanto um homem armado e das armas basta dar somente lanças, que é desnecessário mantê-las, porque as outras armas podem ser guardadas no arsenal e distribuí-las no tempo adequado e contabilizá-las²³. E se vós pretendésseis pagá-los, estando em casa,

¹⁸ Novamente, caso seja a referência à tentativa de Maquiavel de 1506 de organizar um exército, encontra-se aqui uma autocritica clara. Mas repare-se que seu erro foi não ter levado às últimas consequências suas próprias avaliações, qual sejam, a universalização do alistamento e armar os cidadãos.

¹⁹ Esta frase sugere a existência de um debate em Florença sobre a organização militar, cf. nota 7. Observe a continuidade do tema no parágrafo seguinte.

²⁰ Une-se aqui um aspecto teórico, a necessidade de intermediar a cidadania com o serviço militar, com um prático, o número de alistamentos. Em geral, Maquiavel prioriza o primeiro aspecto.

²¹ A referência ao príncipe corrobora com a hipótese de que Maquiavel escrevia para o governo Florentino. A sentença ainda destaca a superioridade da autoridade sobre a força, uma característica mais conhecida nas repúblicas (Machiavelli, *Discorsi*, I, 53), mas sempre útil nos exércitos (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 139-140, vol. I p. 583-584, *Il Principe*, VIII, *Dell'arte della guerra*, II).

²² Observe o recurso de se desenvolver um sentimento de comunidade entre os militares. Uma forma de tornar esse sentimento mais profundo e abrangente é através da religião. Cf. Maquiavel (*Discorsi*, I, 11-15, *Il Principe*, XII, *Dell'arte della guerra*, IV, *La cagione dell'ordinanza*, *Provisione della ordinanza*). Outra, a partir do amor ao comandante por sua virtude (Machiavelli, *Discorsi*, III, 19). Todavia, alternativamente à presença das leis e da religião, escreve Maquiavel em *A arte da guerra* (1999 vol. I, p. 530, Proemio) que “o temor das leis e de Deus seria vão, se não fossem preparados para a defesa”.

²³ Nesse ponto, Maquiavel divide a responsabilidade por guardar as armas entre o governo e os soldados, talvez, por se tratar de um principado, já que para repúblicas, apesar de não entrar nos detalhes sobre onde se deve

ou isentá-los [do serviço militar], no primeiro caso, se pretendêsseis dar a um pequeno número, seriam jogadas fora as grandes despesas, porque o pagamento completo não seria para eles, dando-lhes três ou 4 ducados a cada um por ano, isso seria uma grande despesa para vós e não os fariam mais obedientes nem mais amorosos nem mais firmes para com a vossa casa²⁴. Quanto a isentá-los [do serviço militar], como vós entrasteis aqui, vós fizestes confusão: porque os alistados nos distritos não podem ser feitos isentos pelas regras distritais. Se vós fizésseis isentos aqueles do condado e não aqueles do distrito²⁵, faríeis desordem. Assim, é preciso pensar em outro benefício além de pagá-los ou isentá-los. E ainda que se faça a isenção, deve-se reservar o feito a ações merecedoras a fim de ganhá-la, desse modo, os demais teriam paciência. E mais, sempre faz bem ter os homens na esperança e ter o que lhes prometer quando se precisa deles. E, assim, concluo que, para gastar menos ou para satisfazê-los melhor, não é preciso optar por menos [homens]. E quanto aos benefícios que se devem fazer-lhes, deve-se resguardar os retores e magistrados de Florença, para que não sejam sobrecarregados. Quanto a escolher os melhores, escolhendo menor número, digo que ou vós quereis escolher [um número] tamanho daqueles [todos] que foram soldados, e nesse caso vós não o quereis porque, ao ouvirem tocar um tambor, eles fugiriam, e, assim, acreditando ter 6 mil infantas, vós não teríeis nenhum ou vós desejaríeis escolher a olhos nus aqueles que vos parecem mais aptos²⁶. Nesse caso, quando vós virdes todo o vosso ordenamento militar, vós

manter as armas, a sugestão é que os cidadãos estejam armados. Contudo, nas *Provizione della ordinanza* (1999 vol. I, p. 34), defende que inclusive as lanças sejam guardadas no palácio da Senhoria.

²⁴ Essa afirmativa está diretamente alinhada com a máxima de que o dinheiro não é o nervo da guerra e de que os soldados devem defender sua cidade em prol de uma causa e não pelo soldo.

²⁵ O condado é a parte da cidade mais distante do centro, às vezes, uma região campestre, já o distrito se encontrava mais ao centro da cidade. Historicamente, a determinação dos limites nunca foi precisa e mudava com a época, mas é certo que variavam em termos de impostos. Outras vezes, cada local era definido com relação ao tempo que se encontravam sob o domínio do governo florentino (Guidi, 2009, p. 237 n. 194).

²⁶ Apesar do ordenamento militar ser matéria de organização estatal e disciplina, Maquiavel não descarta, como afirma na passagem, os louvores àqueles que se destacam (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 182, vol. I p. 229, vol. I p. 255, *Il Principe*, XXI, *Discorsi*, I, 11, *Discorsi*, I, 24). A questão é como escolher os melhores. Na sequência, ele afirma que apenas no cotidiano prático é possível fazer as opções (cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 58, *Ritratto di cose di Francia*), o que leva o príncipe à necessidade de se manter próximo dos militares, tema também analisado em *O Príncipe* (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 151, *Il Principe*, XII). Em *A arte da guerra*, sugere um critério diferente para a escolha dos soldados: “Os reis devem, portanto, se desejam viver seguros, ter sua infantaria composta de homens que, quando em tempo de guerra, por amor a façam voluntariamente, e, quando vem a paz, mais voluntariamente ainda retornem à casa. O que sempre ocorrerá, quando ele escolher homens que saibam viver de outra arte que não essa” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 542, *Dell'arte della guerra*, I). Assim, tomados os textos conjuntamente, percebem-se dois níveis de escolha qualitativa: primeiramente, após o alistamento universal, a escolha dos soldados a partir da capacidade de não dependerem economicamente do exército: “por poder ter a plebe alimentada sem perda para o [erário] público, tem sempre na comunidade a possibilidade de lhe dar trabalho, nas atividades que são o nervo e a vida dessa cidade e das indústrias das quais a plebe se alimenta, tem ainda os exércitos militares em reputação” (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 147, *Il Principe*,

não saberíeis qual deixar [isento], sendo todos jovens e de boa presença e acreditaríeis escolher os melhores, mas escolheríeis os piores. E, de outro modo, essa escolha dos melhores não se pode fazer, porque o infante se julga por sua presença ou por sua obra, outro modo não há²⁷. Quanto a agravar menos os lugares, eu digo que isso [o alistamento obrigatório] não agrava, ao contrário, o fortalece: e por conta da segurança e por conta da união, pelos motivos que expus pessoalmente, não se pode agravar quem alistou em casa, a não ser tomando mais de um homem por casa e deixando de lado os que estão sós, o que se pode fazer no vosso território, abundante de homens²⁸.

5 Concluo, assim, que quem disse que se deve alistar poucos não compreende o que diz. E chego a isso: vós alistastes cerca de 20 mil infantes, vós quisestes reduzi-los ou a seis ou a dez²⁹, para fazer é preciso fazê-lo de um dos dois modos: ou reduzir as bandeiras a tão pequeno número que se chegue a esta soma, anulando as demais, ou deixando ficar as bandeiras e reduzir os homens sob elas. No primeiro caso, vós vos teríeis sob suspeita; no segundo caso, vós ofenderíeis os homens que vós deixastes e viríeis a fazer tantos inimigos quanto amigos³⁰. Além disso, desejando ter armados 6 mil homens em todo o vosso território,

X; cf. Machiavelli, 1999 vol. I, p. 335, *Discorsi*, II, 2). Em segundo lugar, escolher os melhores soldados na medida em que se destaquem na prática, sempre insuflados pelo louvor de suas ações (cf. Mansfield, 1998, p. 206). A título de registro, em outra passagem (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 545, *Dell'Arte della Guerra*, I), ele discute a possibilidade levantada por Flavio Renato Vegézio de escolher os soldados de acordo com o clima das regiões de origem. Mas conclui pela inutilidade desse critério. Na sequência, argumenta ainda que a divisão entre infantaria e cavalaria deve ser feita de acordo com a cidade ou campo, respectivamente (cf. Gaille-Nikodimov, 2008, p. 113), e discute a idade correta para o alistamento (cf. Machiavelli, 1999, vol. I p. 38, vol. I p. 546-547, *Provvisione della ordinanza*, *Dell'arte della guerra*, I; Chabod, 1987, p. 345; Guidi, 2009, p. 252 n. 220).

²⁷ Observe que a presença física dos soldados remete à capacidade individual de ação em batalha e, complementarmente, a sua realização, sua obra, se mostra um critério alternativo. Isto é, mesmo que alguém não tenha o vigor físico necessário, seja para o combate seja para impor temor, ele ainda pode ter sua obra. Em ambos os casos, como aponta Guidi (2009, p. 253), trata-se de uma perspectiva pragmática do ordenamento.

²⁸ Aqui se encerra o *Giribizi d'ordinanza* em todas as edições até o estabelecimento daquela de Marchand (1971), corroborada por Vivanti (1999).

²⁹ É bastante difícil verificar se Florença havia alistado 20 mil infantes na época, mas o fato de Maquiavel ratificar esse número como uma boa quantidade, como expõe em *A arte da guerra* (Machiavelli, 1999 vol. I, p. 686, *Dell'arte della guerra*, VII), sugere que o considerava adequado à cidade. Note-se que havia sustentado dois anos antes que a soma de 15 mil homens era suficiente para tornar um Estado potente (Machiavelli, 1999 vol. III, p. 288, carta de 26/08/1513), talvez, inspirado nessa quantidade organizada por Veneza para a resistência à ameaça turca em 1477 (Mallet, 1990, p. 178). Não parece ainda fora de propósito indicar que, quando Maquiavel começou a pensar nos temas militares mais sistematicamente em 1503, as tropas de Cesare Borgia contavam com mais ou menos 17 mil soldados (cf. Guidi, 2009, p. 211 n. 119). Assim, é plausível concluir que um alistamento de 15 mil a 20 mil soldados seria um número adequado para Maquiavel.

³⁰ O problema prático de se reduzir a quantidade de homens na infantaria se passa, inevitavelmente, pelo desagrado dos chefes militares de cada bandeira, seja porque alguns perdem por completo suas bandeiras, seja porque todos ou grande parte perdem em quantidade de infantes. Deve-se, de todo modo, abandonar a ideia de reduzi-los.

vós precisareis mudar as ordens das bandeiras, e fazendo-as tão raras assim que para reuni-las juntas é como procurar por fungos! Depois, por muitas coisas que fazem diminuir os alistados de outros comandos, não será nunca o que vós considerastes a metade de dois terços deles. Contudo, eu digo que se vós desejásseis 8 ou 10 mil infantes bem ordenados e bem armados, vos é necessário tê-los em ordenação 25 ou 30 mil e fazer aquela escolha daquele terço e aqueles arsenais que eu vos disse³¹.

6 Desse modo, se vós desejásseis diminuir as bandeiras, diminuiríeis estas duas bandeiras das portas³², San Miniato e Pescia e Colle [Colle Val d'Este], as 8 bandeiras que estão na Romanha e as duas que estão em Lunigiana³³, por serem distantes³⁴, porque eu queria manter as mais próximas, as quais são 22 bandeiras que ocupavam onze chefes militares e mais de 8 mil infantes³⁵.

Giribizi d'ordinanza

1 Volendo Vostra Signoria intendere tucti l'interessi et ordini della ordinanza, io non mi curerò d'essere un poco diffuso per satisfacerle meglio et repeterle quello, o in tucto o in maggior parte, che ad bocca le dissi. Io lascerò indreto el disputare se questo ordine è utile o no, et se fa per lo stato vostro come per un altro, perché voglio lasciare questa parte ad altri. Dirò solo, quando e' si volle ordinare quello che fu iudicato necessario fare et quello che io iudico bisogni fare ora, volendo riadsumere.

2 Quando si disegnò ordinare questo stato all'armi et istituire uomini per militare ad piè, si iudicò fussi bene distinguerlo con le bandiere, et terminare le vbandiere con e' termini del paese et non con el numero delli uomini; et per questo si ordinò di collocare in ogni potesteria una bandiera et sotto quella scrivere quelli pochi o quelli assai, secondo el numero delli uomini che si trovassino in tale potesteria. Ordinossi che la bandiera si avessi ad dare ad uno che abitassi nel castello dove faceva residenza el podestà, il che si fece sí perché la bandiera fussi dove un cittadino stessi con el segno pubblico, sí etiam per levare le gare che tra le

³¹ Ainda que não se universalize o serviço militar, o alistamento em si mesmo permite que se escolha os melhores entre um número maior de homens. Cf. Maquiavel (1999 vol. I, p. 546, *Dell'arte della guerra*, I).

³² Trata-se das entradas das casas, ou seja, cada unidade de comando de cada bandeira.

³³ Salvo algumas regiões da Romanha, todas as demais cidades citadas eram partes da Toscana nas quais Florença exercia forte presença.

³⁴ Retoma-se aqui a ideia romana de priorizar o controle militar de onde é mais perto do centro da cidade.

³⁵ A interrupção abrupta do texto, pouco frequente nos escritos de Maquiavel, apesar da conclusão do parágrafo anterior, sugere que ele não foi terminado, ou não foi preservado completamente, e nem é possível saber se ele chegou ao seu destinatário.

castella era per nascere, qualunque volta in una podesteria fussi piú d'uno castello. Ordinoronsi connestaboli che stessino in su e' luoghi, che comandassino li uomini descripti sotto dette bandiere, dando a qualcuno in governo piú o meno bandiere, secondo la commodità del paese. Et dovevongli la state ragunare sotto le bandiere et tenerneli nelli ordini una volta el mese, et el verno ogni dua mesi una volta. Avevono di stipendio e' connestaboli 9 ducati d'oro per paga in x pagae l'anno, et avevono dua ducati el mese da tucte quelle potesterie che governavono, che ciascuna concorrevva ad detti dua ducati per rata. Et aveva ogni connestabole un cancelliere abitante nel luogo dove stava el connestabole, el quale teneva le listre di detti uomini et aveva uno fiorino el mese, el quale li era pagato da tucte quelle potesterie che governava el connestabole.

3 Disputossi s'egli era meglio tenerne scripti pochi o tenerne assai. Conclusesi fussi meglio ordinare assai: perché li assai servivono ad riputatione, et in loro era el piccolo numero et el buono, el quale non si poteva trarre de' pochi, et la spesa non era di piú che d'uno poco d'arme et di qualche connestabole piú. Et sempre mai fu iudicato che 'l tenerne assai scripti fussi bene et non male, et ad volersene valere fussi necessario averne assai; et intra l'altre ragioni ci è questa: tucti e' paesi, o la maggior parte, dove sono li scripti sono paesi di confini. Pertanto li uomini scripti avevono o ad difendere el paese ch'egli abitavono, o quello d'altri: nel primo caso, si giudicava tucti li scripti di quelli luoghi essere buoni et potervisi adoperare, et quanti piú ve ne fussi scripti ranto meglio fussi; ma nel secondo caso, quando e' si avessi ad ire ad difendere la casa d'altri, allora non levare tucti li scripti, ma tórre quelli che fussino piú cappati et piú apti, et el resto lasciare ad casa, e' quali servissino per respecto in ogni bisogno che fussi per nascere. Et però si ordinò che ogni connestabole di tucti li scripti sua facessi tre cappate: el primo terzo de' migliori, l'altro de' secondi meglio, el terzo del restante. Et quando avevono ad levare fanti, togliono di quello meglio. Et cosí avendo el numero grosso, si valieno di quello aveno di bisogno, et facilmente, tanto che infino ad oggi se ne era ordinato 55 bandiere, et tuctavia si pensava di ad crescere el numero; in modo che per la experienza ne ho vista, se io avessi ad dire e' difecti della ordinanza passata, io direi solo questi dua, cioè: che fussino li scripti stati pochi et non bene armati. Et chi dice di ridurla ad poco numero, dice di volere dare briga ad sé et ad altri senza fructo.

4 Le ragioni che costoro allegano che la vogliono ridurre ad minor numero son queste: et prima e' dicono che togliendone meno, e' si può tórre quelli che vengono volentieri, puossi fare con minore spesa, possonsi meglio satisfare, possonsi tórre e' migliori et aggravandosi meno e' paesi, non ne scrivendo tanto; né credoche possino allegare altre ragioni che queste.

Ad che io rispondo, et prima quanto al venire volentieri: se voi volessi tórre chi al tucto non può o non vuole venire, che la sarebbe una pazia; et cosí se voi volessi scriveresolamente quelli che vogliono venire, voi non adgiugneresti ad 2 mila in tucto el paese vostro. Et però bisogna cappare quelli che altri vuole; dipoi ad farli stare contenti, non bisogna né tucti preghi né tucta forza, ma quella autorità et reverentia che ha ad avere el principe ne' subditi sua; di che ne nascie che coloro che, essendo domandati se volessino essere soldati, direbbono di no, sendo richiesti, vengono senza recusare; in modo che ad levarli poi per ire alle factioni, quelli che sono lasciati indreto l'hanno per male; donde io concludo che tanta volontà troverrete voi in trentamila che in seimila. Ma quanto alla spesa et al poterli meglio soddisfare, non ci è altra spesa che di qualche connestabile piú et delle armi: la quale spesa è molto piccola, perché un connestabile costa quanto uno uomo d'arme et dell'armi basta dare loro solamente lance, che è una favola mantenerle loro, perché l'altre armi si possono tenerle in munitioni, et darle loro a' tempi, et metterle loro in conto. Et se voi disegnassi pagarli, stando ad casa, o fare loro extentione, nel primo caso, ciò che voi disegnassi di dare, etiam ad uno numero piccolo, sarebbe gittato via et spesa grave, perché la intera paga non saresti per dare loro; dando loro tre o 4 ducati l'anno per uno, questo sarebbe spesa grossa ad voi, et ad loro sí poca che non li farebbe né piú ubbidienti, né piú amorevoli, né piú fermi ad casa. Quanto al farli exenti, come voi entrate qui, voi fate confusione: perché li scripti nel distrecto non potete voi fare exenti quelli del contado et non quelli del distrecto, farebbe disordine; et però bisogna pensare ad altro benefitio che ad pagarli o ad exentione. Et se pure l'extentione si hanno ad fare, riserbarle quando, con qualche opera virtuosa, e' se l'avessimo guadagnata: allora gli altri arebbono pazienza. Et poi sempre fa bene tenere l'uomini in speranza et avere che promettera loro, quando e' si ha bisogno di loro. Et cosí concludo che, per spendere meno o per satisfarli meglio, non bisogna torne meno; et le satisfactioni che si ha ad fare loro, è farli riguardare da' rectori et da' magistrati di Firenze, che non sieno assassinati. Quanto ad poterli tórre migliori, togliendone minore numero, dico che: o voi vorrete tórre ad punto quelli che sono stati soldati, et in questo caso voi non ve ne varrete perché, come e' sentiranno sonare un tamburo, egli anderanno via et cosí voi crederesti avere 6 mila fanti et voi non ne aresti nessuno; o voi vorrete tórre di quelli che ad achio vi paiono piú apti: in questo caso, quando voi vedessi tucte l'ordinanze vostre, voi non saperresti quale vi lasciare, sendo tucti giovani et di buona presenza, et crederesti tórre e' migliori non si può fare, perchè el fante si iudica o dalla presenza o dall'opera: altra misura non ci è. Quanto allo aggravare meno e' paesi, io dico che questo non adgrava e' paesi, anzi li rileva: et per conto della securtà et per conto della unione,

per le ragioni che io vi dixi a boca; né può dare graveza ad chi ha descripti in casa, non se ne togliendo piú che uno uomo per casa et lasciando indreto quelli che sono soli, il che si può fare per essere el paese vostro copiosissimo di uomini.

5 Concludo addunche che chi disse che se ne tolga pochi non se ne intende. Et sobgiugnerò questo: voi avete scripti circa 20 mila fanti, voi li vorresti tidurre o ad sei o ad dieci; ad fare questo, bisogna fare in uno de' dua modi: o ridurre le bandiere ad sí poco numero che le faccino questa somma, cassando l'altre; o lasciando stare le bandiere, stremare li uomini sotto di quelle. Nel primo caso voi li abbiate ad suspecto; nel secondo caso, voi offendete gli uomini che voi lasciate et venitevi ad fare tanti nimici quanti amici. Oltra di questo, volendo tenere armati 6 mila uomini in tucto el paese vostro, vi bisognerà mutare ordine di bandiere, et torneranno sí rari che fia ad raccorli insieme come cercare pe' funghi! Dipoi per molte cose che fanno scemare li scripti altrui fra le mani, non sarà mai che voi vi vagliate della metà de' dua terzi di loro. Et però io dico che, se voi volete 8 o 10 mila fanti bene ordinati et bene armati, vi è necessario tenerne in ordinanza 25 o 30 mila et fare quella capata di quelli terzi et quelli arzana che io vi dissi.

6 Pure se voi volessi scemare bendiere, scemerei queste dua bandiere delle porte, Saminiato et Pescia et Colle, le 8 bandiere che sono in Romagna et le dua che sono in Lunigiana, per essere discosto; perché io mi vorrei serbare le piú propinque, le quali sono 22 bandiere che occupavono undici connestaboli et piú di 8 mila fanti.

Referências bibliográficas

- ALBERTINI, Rudolf von. *Firenze: dalla repubblica al principato – storia e coscienza politica*. Torino: Einaudi, 1995.
- CHABOD, Federico. *Escritos sobre Maquiavelo*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- DIONISOTTI, Carlo. *Machiavellerie: storia e fortuna di Machiavelli*. Torino: Einaudi, 1980.
- DOTTI, Ugo. *Niccolò Machiavelli: la fenomenologia del potere*. Milano: Feltrinelli Editore, 1979.
- GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977.
- GUIDI, Andrea. *Un Segretario militante: Politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli*. Bologna: Il Mulino, 2009.

- MACHIAVELLI, Niccolò. *Le Opere*. A cura di P. Fanfani, L. Passerini e G. Milanese. Firenze: Tipografia Cenniniana, 1873-1877.
- _____. *Opere*. A cura di S. Bertelli e F. Gaeta. Milano: Feltrinelli, 1960-1965.
- _____. *Opere*. A cura di C. Vivanti. Torino: Einaudi, 1999. (3 vol.)
- _____. *Tutte le opere*. A cura di M. Martelli. Firenze: Sansoni, 1977.
- _____. *Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*. A cura di A. Capata. Roma: Newton Compton Editori, 1998.
- MALLET, Michael. The theory and practice of warfare in Machiavelli's republic. In: BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin and VIROLI, Maurizio (eds.). *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- MARCHAND, Jean-Jacques. *MACHIAVELLI, Niccolò. Giribizi dell'ordinanza*. "La Bibliofilia". Firenze: Oschki, 1971, p. 135-150.
- _____. *Niccolò Machiavelli. I Primi Scritti Politici (1499-1512): nascita di un pensiero e di uno stile*. Padua: Antenore, 1975.
- NAJEMY, John M. *A history of Florence: 1200-1575*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- POCOCK, J. G. A. *The machiavellian moment: florentine political thought and the republican atlantic tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Musa, 2003.
- SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*, vol. I: *Il pensiero politico*; vol. II: *La storiografia*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- TOMMASINI, Oreste. *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col machiavellismo*. Torino: Ermanno Loescher, 1883.
- VETTORI, Francesco. *Scritti storici e politici*. A cura di Enrico Niccolini. Bari: Laterza e Figli, 1972.
- VETTORI, Paolo. *Ricordi di Paolo Vettori al cardinale de' Medici sopra le cose di Firenze*. In: ALBERTINI, Rudolf von. *Firenze: dalla repubblica al principato – storia e coscienza politica*. Torino: Einaudi, 1995. Appendice I. p. 357-359.

